

Conclusão

Este trabalho constituiu-se num esforço de analisar as práticas associativas de mulheres que protagonizam a cena pública dos movimentos sociais para idosos, na Grande Vitória (ES).

O caminho percorrido passou pela busca de entendimento da natureza desses espaços e das motivações que levam essas mulheres ao cenário público. A busca principal era a de compreender que nível de sociabilidade esses espaços favoreceriam: se possibilitariam a constituição de sujeitos políticos, buscando a construção de projetos sociais mais amplos e constituintes de mudanças coletivas, ou se essa possibilidade associativa se assentaria mais numa potencialização da subjetividade e de projetos individuais.

Os dados da pesquisa demonstram que a segunda dimensão prevalece e que o projeto acolhido e formatado encontra sentido nas questões ligadas à vida cotidiana, ao afeto, à possibilidade de pertencimento e de acolhida. Os dados revelam, portanto, que pensar o sentido deste projeto pressupõe situá-lo numa perspectiva identitária e na dimensão que esta assume na formatação de indivíduos para si e para os outros. As análises de Giddens (2002), apresentadas no início deste trabalho sobre os processos de construção da auto-identidade, são adequadas às constatações das principais marcas que se evidenciam nos processos estudados, na medida em que “[...] cada uma das pequenas decisões que uma pessoa toma todo dia [...] contribui para essa rotina⁶⁵. E todas essas escolhas são decisões não sobre como agir, mas também sobre quem ser. Quanto mais pós-tradicionais as situações mais o estilo de vida diz respeito ao próprio centro da auto-identidade, seu fazer e refazer” (GIDDENS, 2002, p. 80).

Com isso o autor chama a atenção para a marca emancipatória que se dá nos processos da *política vida*, ressaltando que esta supõe um certo nível de emancipação, tanto da rigidez da tradição como das condições da dominação hierárquica, ou seja, que as escolhas são atributos dos sujeitos autônomos. Afirmar ainda que questões substantivas

⁶⁵ Referência sobre estilos de vida como práticas rotinizadas, mas que estão “[...] reflexivamente abertas a mudanças à luz da natureza móvel da auto-identidade” (GIDDENS, 2002, p. 80).

na agenda da *política-vida* estão centradas nos direitos da pessoa e do indivíduo que se ligam às dimensões existenciais da auto-identidade como tal; que praticamente todas as questões da *política vida* também colocam problemas de tipo emancipatório.

Essa dimensão constitui-se em questionamentos com os quais, nós, agentes institucionais nos deparamos e que nos levam a subestimar a prática profissional e os processos sociais dos grupos, tidos como anódinos por não contemplarem a dimensão de projetos societários transformadores. Essa é uma preocupação que está na base da nossa formação profissional, que tem como fundamento ético-político compromissos com a ruptura de situações opressoras ou legitimadoras de desigualdades. Essa ruptura pressupõe uma prática profissional voltada para uma perspectiva societária mais ampla, entendida no seu movimento histórico, portanto, na multiplicidade de suas determinações. E geralmente perguntamos a nós mesmos se essas práticas associativas, como as que predominam no cenário analisado, encerram uma circularidade ou acentuam relações tutelares ou de dominação, forjando sujeitos passivos e dóceis ou, quando muito, sujeitos conscientes dos seus direitos como consumidores de bens e serviços para si mesmos.

O resultado desta pesquisa, porém, põe algum nível de discernimento entre a perspectiva do agente institucional e a do grupo, cuja intencionalidade nem sempre coincide. Como vimos, o que legitima o projeto das mulheres entrevistadas é o investimento no seu prazer e na sua potencialização como sujeito. Essa questão já tem provocado muitos debates e, como já exposto, não se desconsidera que *o pessoal também é político*, ou é pelo menos uma via que capacita o indivíduo para investidas mais ampliadas.

Algumas questões nortearam o processo investigativo, entre as quais a busca de entender os elementos significativos na compreensão do papel social e das rupturas que transformaram o universo social feminino e o porquê das buscas de mulheres idosas por espaços associativos – se essas buscas se pautavam num nível de natureza política ou identitária e qual seria o significado da alteração do universo social da mulher idosa para a redefinição de um projeto societário de velhice.

O resultado da pesquisa mostra que as mulheres recomeçam ou continuam projetos que, na maioria das vezes, recompõem dimensões importantes de suas vidas. Buscam preencher vazios ou encontrar significados para uma vida que já se coloca numa curva descendente. Reaquecem corpos, enfeitam-nos e buscam, no convívio e nos limites dos grupos, espaço para a partilha de suas emoções e de suas investidas na dimensão do prazer. A natureza e as propostas dos grupos não são o principal horizonte, aliás, as buscas são as mesmas em quaisquer dos espaços, não obstante as especificidades que os caracterizam. Fica patente que o lugar dessa busca pode ser entendido como o lugar antropológico definido por Augé (2005), como aquele lugar que é simultaneamente princípio de sentido para quem o habita e princípio de inteligibilidade para quem o observa.

A pesquisa mostrou que os atores buscam protagonizar uma cena para cuja animação se colocam inteiros, assim como igualmente se colocam receptivos quando chamados para atuar como coadjuvantes na mobilização política, mas não fazem desta, a dimensão mais importante. São sujeitos *aprendentes* e utilizam esse conhecimento para potenciar suas buscas individuais. Há poucos que pensam coletivamente num projeto de velhice que assegure dignidade principalmente para aqueles mais vulneráveis. Essa posição, entretanto, não pode ser interpretada como egoísmo. A seu modo, procuram ajudar, ainda que seja numa postura cívica ou solidária. Sentem cansaço da política, mas não se omitem quando chamados.

Os espaços associativos constituem-se numa espécie de redoma onde é possível ser feliz. É como um passaporte para a liberdade, embora passem a ter outras dependências. Nos finais de semana, os grupos fazem falta.

Há certa dependência afetiva dos integrantes dos grupos para com os agentes institucionais e lideranças, e as relações interpessoais marcadas pela afetividade constituem-se no aspecto mais valorizado.

Ficou evidenciado que relativamente aos Grupos de Convivência, houve pouca mudança na sua proposta básica ao longo desses 30 anos. Seguem na mesma linha de ação, com ênfase em atividades lúdicas e socioculturais. Mas devemos admitir que muitos grupos já inserem discussões, principalmente as que fortalecem os sujeitos na

sua qualidade de vida e nas questões mais imediatas do seu dia-a-dia. Por outro lado, como vimos, a própria lógica das políticas sociais (assistenciais) é instituinte de uma nova perspectiva para os seus demandantes, o que requer fóruns de organização próprios na composição da intersectorialidade, sendo os grupos de convivência uma instância de efetiva importância na tessitura da malha necessária nessa composição.

Ao considerarmos a base ainda predominante desses espaços na atualidade, podemos interpretá-los como um lugar antropológico, na perspectiva de Augé, (2005), ou na perspectiva comunitária de Bauman (2003), que a caracteriza com base em um entendimento compartilhado por todos os seus membros. Nessa formulação, o entendimento precede o acordo ou o consenso. Nas reflexões de Bauman (2003, p. 15), “[...] o entendimento ao estilo comunitário, casual, não precisa ser procurado, e muito menos construído: esse entendimento já ‘está lá’ pronto para ser usado de tal modo que nos entendemos ‘sem palavras’ e nunca precisamos perguntar, com apreensão, ‘o que você quer dizer?’”.

A pesquisa confirmou o papel dos espaços associativos no fortalecimento de sujeitos mais conscientes como consumidores de direitos relacionados à vida diária. As mulheres entrevistadas, reforçadas na sua auto-estima, retomam papéis na cena doméstica, mais respeitadas, não obstante o processo de envelhecimento – que culturalmente leva as pessoas a papéis menos significativos. Esse respeito se dá pelas novas aquisições de conhecimentos e possibilidades de ampliação do universo de sociabilidade, contatos, apoios afetivos, mas também, principalmente, pelo suporte econômico ou pelo papel que passam a assumir no entorno da família, particularmente no âmbito do cuidado.

A identidade de velhice é reconhecida no discurso, mas poucas afirmaram sentir-se velhas. Essa posição é justificada pelo fato de estarem ativas e não dependerem de ninguém para as atividades da vida diária. É um posicionamento que reflete os valores culturais da nossa sociedade que, ao consagrar cada vez mais o belo, o esteticamente aceitável nos padrões de consumo vigentes, torna os sinais do envelhecimento uma marca difícil de assumir. Se essa identidade, no plano individual não é fácil de ser incorporada, menos ainda no coletivo que requer muita luta e um efetivo controle social para o acesso aos direitos básicos de sobrevivência e dignidade.

Como se constata, a hipótese inicial de que a busca das mulheres, nos espaços associativos, se daria em duas perspectivas, uma voltada para a emancipação e outra para o aspecto subjetivo, não foi confirmada, pelo menos na mesma proporção.

A questão política que pode levar a um nível emancipatório, de alteração de formas opressivas e dominadoras – para o que é necessário um processo organizativo inscrito na natureza mesma dos espaços associativos – ainda é inexistente como um projeto coletivo, mas não se pode dizer seja uma questão banida dos interesses dos grupos. Na verdade, há integrantes com potencial e interesse político, com liderança reconhecida, que vêm ampliando seu âmbito de atuação e ocupação de espaços na cena pública e no controle social, influenciando os processos grupais. Mas como vimos nas entrevistas, ainda é um trabalho de poucos, por isso mesmo muito desgastante.

Essa questão tem dividido opiniões. Há defensores de que pessoas idosas não devem mais protagonizar essa luta política pelo que isto implica quanto ao dispêndio de tempo e energia e ao desgaste que é produzido pelos confrontos e pelos processos de negociação e organização inerentes ao controle social. É de fato uma questão que pode afetar a saúde das pessoas, e as idosas são mais vulneráveis. Há, porém, incentivadores das lutas sociais de pessoas idosas por entenderem que, além de experiência e tempo, ainda têm muita energia, pelo menos aquelas que ocupam os espaços públicos.

Se a dimensão política ainda é embrionária como força coletiva, não se pode obscurecer o seu crescimento, patente nas respostas mobilizatórias, notadamente no que se refere à discussão de políticas setoriais. No caso, as conferências de defesa de direitos, as audiências públicas e as discussões de orçamentos participativos têm sido um espaço amplamente ocupado (não só no seu sentido literal) pelo segmento idoso. As questões que atravessam essa dimensão já foram discutidas neste trabalho. Mas é sempre oportuno retomar: a falta de tradição de participação, o conhecimento ainda reduzido de determinados temas, a cultura da representatividade, entre outros, são fatores que fragilizam os movimentos na sua dimensão política, mas não há dúvida: estão sendo implantados novos processos e uma nova cultura, em que a busca de conhecimento, as articulações institucionais, a prestação de contas públicas que as conferências ensejam, tornam irreversível esse crescimento. Por outro lado, não se pode deixar de reconhecer que essa dimensão política não seja evidente no âmbito do indivíduo, que faz rupturas e

escolhas. As escolhas que se traduzem em novos projetos ou atividades, na realidade estudada, possibilitam às mulheres uma forma de estar no mundo. E a política pode estar presente neste espaço de liberdade. Se as rupturas e as escolhas ainda não se inserem numa racionalidade institucional, é necessário saber se essa racionalidade é a que motiva as buscas das pessoas; nesse caso, torna-se necessária uma composição que equilibre os desejos e os interesses dos entes que se articulam nesse processo.

Para melhor entender o objeto deste estudo, busquei apoio teórico para algumas categorias analíticas, como Espaço Público, O papel Social da Mulher e a questão da Identidade.

A princípio, pela natureza das práticas associativas em que se inseriam as mulheres entrevistadas, já era claro que alguns enfoques relacionados a Espaço Público e Sociedade Civil, notadamente aqueles centrados na perspectiva da contra-hegemonia, não caberiam no escopo desta análise. Mas entendia que a formulação habermasiana, que coloca o Espaço Público a partir de situações de fala, de colonização do mundo da vida e de consensos após apreciações críticas (argumentos), seria pertinente para fundamentar processos políticos resultantes de práticas interativas.

De fato, notadamente no que se refere à dimensão acima comentada – dos movimentos mobilizatórios voltados para defesa de direitos e políticas setoriais – a perspectiva habermasiana é pertinente e, se não se coloca em toda a sua dimensão, alguns elementos podem ser considerados. Igualmente, ao trazer a formulação arendtiana da garantia do nosso mundo e de nós mesmos a começar da visibilidade que passamos a ter no espaço público, bem como “da dimensão do pertencimento como condição de aquisição de um mundo comum”, buscava fundamentar, o que de fato ficou comprovado na pesquisa: a grande necessidade que as pessoas demonstravam de pertencer, de ser acolhidas, de fazer parte, enfim, de ser reconhecidas na sua dimensão cívica e humana. Mas, como revelados nas falas das entrevistadas e já mencionados, os processos vivenciados nos espaços públicos tratados encontram grande suporte nas correntes que os caracterizam como espaços identitários e relacionais.

A perspectiva comunitária também se coloca como base de entendimento das práticas analisadas uma vez que ela pode ser conceituada⁶⁶ como um *círculo aconchegante* em que há um entendimento *natural* e *tácito* e as lealdades esperadas neste *círculo aconchegante* não derivam de uma lógica social externa ou de qualquer análise econômica de custo-benefício.

Como a natureza dos interesses predominantes está mais ligada à vida cotidiana, a institucionalidade desses espaços pode ser entendida com base na interpretação e no sentido que a realidade (ou o mundo da vida) imprime à vida dos sujeitos. A vida cotidiana e o conhecimento dela, então, estruturam e legitimam a ordem institucional, embora isso possa deixar opaca a totalidade do mundo⁶⁷. Nessa questão, talvez se coloque um grande divisor de águas. Ao considerar legítimos as representações e o posicionamento dos sujeitos com relação àquilo que lhes é familiar, com o que está mais próximo e caracteriza a sua relação mais imediata com o mundo, sem um esforço para uma investida no sentido de entender os nexos que explicam as situações de opressão e dominação que o estruturam, corre-se o risco de permanecer na *opacidade* desse mesmo mundo.

Os processos interativos que motivam e estruturam a sociabilidade encontram também grande sustentação em Simmel (2006), na sua explicação da separação do *conteúdo* e da *forma* da existência social em que os processos interativos por si se explicam, desde que se constituam em interesses materiais, por meio de impulsos ou finalidades dos seus integrantes.

Ficou clara também a perspectiva de individualização do sujeito, não da idéia de algum ideal do eu de representar o papel de um superego, mas de dar um sentido geral ao conjunto das situações, das interações e das condutas que formam a sua existência. Trata-se da passagem do sujeito isolado para a de relação com outros (TOURAINE, 1998); da passagem de um egoísmo individual para um patamar de humanidade, em que

⁶⁶ Confronte Bauman (2003).

⁶⁷ Confronte BERGER, Peter L.; LUCKMAN, Thomas. **A construção social da realidade**. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

o mundo também é enriquecido pela existência, nele, de um ser humano valoroso (SIMMEL, 2006).

A identidade que se manifesta nos depoimentos faz lembrar um poema de Cecília Meireles que diz em um dos trechos: “Eu não dei por esta mudança, tão simples, tão certa, tão fácil: Em que espelho ficou perdida a minha face?”.

Como afirmado anteriormente, parece haver um movimento de busca da igualdade, da inclusão, do pertencimento e, simultaneamente, de recusa da velhice pelo que esta significa como marca discriminatória e excludente nos padrões da sociedade de consumo que caracteriza o nosso modelo sociocultural vigente. Vimos que essa identidade de velha é positivada pelo que se afasta dos sinais do envelhecimento. Ainda não se coloca uma identidade de velhice como categoria etária, necessária ao fortalecimento de lutas libertárias.

O apoio teórico utilizado define a identidade a certa dimensão irreduzível de que toda sociedade ou grupo humano seria portador (RUBEN, 1988). A categoria *outro* aparece como condição para formular na sua versão contemporânea, o reconhecimento formal do outro com a legitimidade do seu mundo (WOODWARD, 2004). Adotei dessa autora a problematização que ela faz entre essencialismo (conjunto cristalino e autêntico de características que todo o povo de uma nação partilha e que não se alteram ao longo do tempo) e não-essencialismo (focaliza as diferenças e as mudanças). Esse não-essencialismo explica a abertura para as mudanças. Evidentemente, as postulações do movimento feminista e tudo o que ele significou para pautar novos comportamentos na vida pessoal, familiar e social das mulheres encontram reflexo em posicionamentos e percepções do lugar social da mulher contemporânea, embora se evidenciem situações de subalternidade (presentes ou passadas) que ainda interferem no modo de vida delas.

Esse resgate teórico me possibilita afirmar a legitimidade dos processos constatados nas práticas estudadas, conforme foi demonstrado. São apreciações que nos levam a entender que os processos interativos *puros* movidos apenas pelo desejo de pertença e de consumação do prazer não são, por si, destituídos de sustentação teórica; que o mundo cotidiano é a base em que legitimamos o nosso pensamento e nos coloca em simetria com os nossos semelhantes *iguais*. É na consciência das possibilidades

individuais, valorizadas, que nos tornamos sujeitos, sem o que nenhum processo mais ampliado pode ser deflagrado, ou seja, parece não restar dúvidas de que o caminho para a emancipação humana passa necessariamente pela celebração e constituição do sujeito na sua individualidade – entendida como a medida e o sentido de sua humanidade. As reflexões nos apresentam, também, com clareza, que essa dimensão não se esgota nela mesma, mas fornece os elementos necessários à constituição de processos mais amplos e mais favoráveis a mudanças.

De tudo o que foi apresentado neste trabalho, acredito ser pertinente qualificar o movimento social protagonizado pelas mulheres idosas da Grande Vitória, com base na rica síntese apresentada por Cohen e Arato (1992, p. 149-150) quando afirmam:

Os movimentos sociais têm se apoiado em tipos de síntese herdados da história do conceito de sociedade civil que pressupõem diferentes combinações, algo da divisão gramsciana tripartite entre Sociedade Civil, Estado e Mercado, ao mesmo tempo em que preservam aspectos da crítica marxista à sociedade burguesa. Estes também reivindicam a defesa liberal dos direitos civis, a ênfase dada por Hegel, Toqueville e outros à pluralidade societária, a importância dada por Durkheim ao componente da solidariedade social e a defesa da esfera pública e da participação política acentuados por Habermas e Hannah Arendt.

Evidentemente, como já foi enfatizado, a perspectiva gramsciana não se aplica, a não ser no seu componente de elevação da cultura, mas há aspectos das demais dimensões apontadas na síntese de Cohen e Arato (1992) que podem ser consideradas nas diferentes manifestações apreendidas nos dados da pesquisa.

Acredito que a principal relevância deste trabalho consiste na possibilidade de avançarmos na qualificação dos movimentos protagonizados por mulheres idosas. Este estudo possibilita um foco diferenciado sobre a natureza dos processos – dimensão importante nas proposições de políticas públicas – uma vez que essas instâncias organizativas, para as quais e das quais são irradiados os fios articuladores e norteadores das redes sociais da pessoa idosa, podem ser percebidas nas suas potencialidades e fragilidades. São também importantes para nós, profissionais, que passamos a fazer uma leitura com um foco mais ajustado. Isso nos permite maior segurança nas nossas análises e proposições.

Este estudo pode contribuir também para que passemos a ter não só outro olhar, mas também outra postura diante desses processos, ao entendermos que as nossas referências (dos profissionais e gestores) não são necessariamente as dos grupos, mas nem por isso essas devam ser consideradas menos legítimas ou relevantes.

Torna-se claro que os processos grupais, para serem legítimos, têm de ser respeitados na sua dinâmica e efetividade, o que não se constitui em motivo para abdicarmos do nosso papel na qualificação desses processos, na organização e deciframento de informações. Esse deciframento de informações, na verdade, é um movimento dialético de interpretação da realidade nos seus antagonismos, complexidades e possibilidades. Sabemos que o profissional tem um papel importante e é demandado pelas instituições gestoras e pelos participantes dos grupos. Na maioria das vezes, ele fica com a parte mais sensível e difícil do processo: gerenciar pouquíssimos recursos, cumprir metas, mediar conflitos políticos intra e extra-institucionais, atender a expectativas dos usuários e manter a coerência profissional do seu projeto ético-político.

Entendo que este estudo, ao ajudar a filtrar melhor o olhar sobre os processos associativos de idosos, pode contribuir para o dimensionamento da ação profissional por se constituir em mais uma ferramenta a possibilitar-nos uma leitura ampliada dos diferentes vetores que explicam os processos societários aqui analisados. Passamos a entender que os processos têm sua lógica e pureza, que se explicam também pela forma, pelos interesses do *mundo da vida*, pelos processos interativos puros, e isso é legítimo e validado no âmbito das teorias sociais. Isso nos permite tanto entender e valorizar os processos vigentes, quanto admitir que este não é o ponto final e que novas investidas são possíveis, desde que desejadas. E o desejo geralmente passa pelo conhecimento de que outras possibilidades existem.

Para as mulheres idosas, o estudo pode ter relevância à medida que favorece os seus processos associativos, pela mesma lógica inscrita nos elementos já expostos.

Mais do que um exercício acadêmico, este estudo é um desejo de contribuir para o avanço nos processos organizativos da pessoa idosa. Evidentemente que tem os seus limites, mas é inegável o quanto me ajudou no entendimento da lógica, da natureza e do alcance desses processos.

Entendo pertinente que o mesmo seja discutido com outros atores institucionais e da sociedade civil, para que se avance na pesquisa e na qualificação requerida. É importante realizar fóruns de discussões em que os diversos atores implicados reflitam sobre os *achados* da pesquisa e, quem sabe, deles se apropriem, como insumo, nos seus processos.